

## As relações de Portugal com os Estados Unidos da América

**José Gregório Faria**

A contribuição que me é pedida para a homenagem ao Embaixador Calvet de Magalhães – mesmo se evidentemente modesta – só poderá repetir o que ele, de forma muito mais completa e perfeita, tenha escrito ou dito.

Como diplomata, negociador, investigador, pedagogo, ensaísta e homem de letras, o Embaixador Calvet produziu obra notável, mesmo no mundo dos diplomatas que se dedicaram a outras actividades, para além da estrita função profissional. Assim aconteceu também no que toca às relações entre Portugal e os Estados Unidos. O acervo do que tem publicado no domínio de que é suposto ocupar-me põe à disposição do leitor interessado valiosa informação e ponderada reflexão. Desde o reconhecimento diplomático, por parte de Portugal, da independência dos Estados Unidos, passando pelas primeiras tentativas de troca de missões diplomáticas, ao desenvolvimento das relações em diversos domínios, até aos passos mais significativos das diversas negociações entre os dois países, de tudo o Embaixador Calvet se ocupou. É assim possível beneficiar, graças aos seus trabalhos, de um quadro bem estruturado que, de outra forma, só com laboriosas pesquisas se poderiam tentar juntar.

Por que se trata de uma síntese particularmente ajustada à dimensão dos comentários que pretendo fazer, vou tentar recuperar alguns extractos do artigo que publicou no número 3 da revista *Estratégia*, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, da Primavera de 1987, no qual explica as razões por que o relacionamento bilateral com os Estados Unidos acabou por frutificar, sobretudo no domínio da defesa, com prejuízo de outras áreas, à partida, talvez, mais relevantes para os nossos interesses.

Analisa, assim, os factores determinantes de carácter permanente que, consoante os momentos históricos, foram mais ou mesmo relevantes e como alguns deles influenciaram o curso dos acontecimentos de forma negativa e outros de forma positiva. No seu entender, «o factor ideológico» e o «factor constitucional» actuaram quase sempre como factores negativos e, em regra, em conjugação um com o outro, enquanto o factor a que chama geoestratégico se mostrou mais importante e «através de várias vicissitudes acabou sempre por se impor como resultado da evolução da situação política internacional, como factor positivo por excelência».

Recorda, depois, como em relação aos dois primeiros factores os axiomas democráticos proclamados pela constituição dos Estados Unidos «passaram a constituir pilares fundamentais da filosofia política americana dos quais decorrem diversos corolários importantes, como sejam os da autodeterminação dos povos ou da descolonização que orientaram toda a política externa dos Estados Unidos desde a independência até aos nossos dias».

Apesar dos constrangimentos da política, lembra «como o factor constitucional americano nem sempre permitiu à Administração furtar-se ao peso da ideologia dominante na opinião pública americana que através da sua influência no Congresso constituiria muitas vezes um factor fortemente determinante da política externa dos Estados Unidos». Daí, «dado o papel assumido pelo Congresso» e «dada a força que a opinião pública exerce naquele e o impacto que os meios de comunicação têm na opinião pública», não ser possível a qualquer Governo estrangeiro tratar com o Governo americano de problemas importantes

sem que «a respectiva representação diplomática mantenha estreitos contactos com personalidades influentes do Congresso e dos principais meios de comunicação».

E conclui, a este respeito, ilustrando com significativos exemplos, que é infelizmente difícil reproduzir dadas as limitações deste trabalho, para mostrar como «em vários momentos históricos as relações entre Portugal e os Estados Unidos se deterioraram devido aos choques de posições ideológicas entre ambos os países e por falta de realismo política da nossa parte e incompreensão nossa dos mecanismos políticos americanos».

Este severo juízo que aqui se regista, apesar dos progressos feitos – e o caso mais recente da abordagem portuguesa nos Estados Unidos relativamente às questões de Timor é um exemplo positivo interessante a sublinhar – não deixa de continuar a constituir um oportuno diagnóstico a ter presente nas nossas relações com a grande potência mundial.

Em contraste com os factores ideológico e constitucional, o factor geoestratégico, assinala o autor, funcionou como factor positivo de aproximação, permitindo-me eu acrescentar, talvez porque a iniciativa nesses casos partiu sempre dos Estados Unidos e porque tal correspondia a um interesse seu em usar-nos como stepping stone para prosseguir os seus objectivos. A importância dos Açores, sem ser exclusiva, tem neste domínio particular importância, revelando como os estrategas americanos sabiam que controlar a área marítima adjacente àquele arquipélago permitia largamente ter o controlo do Atlântico norte.

De tudo o que resumida e sincopadamente se transcreve não é difícil adivinhar a relativa atrofia que daí resultou para o nosso relacionamento global, o que contém implicitamente o desafio de tentar recapitular alguns passos mais significativos no relacionamento com os Estados Unidos e indagar quais os dados actuais da situação no nosso relacionamento bilateral.

É incontroversa a ideia, largamente difundida, de que a opção colectiva para a salvaguarda dos seus interesses como Estado levou Portugal a uma ligação forte à potência marítima dominante. Assim aconteceu tendencialmente até finais da Segunda Guerra Mundial. Era uma concepção relativamente simples mas eficaz. A inclinação para uma certa neutralidade colocava-nos numa pré-disposta atitude defensiva em relação aos acontecimentos do mundo exterior, mas sem deixar de reconhecer – e aceitar – certas dependências e interdependências que daí resultavam, embora procurando, naturalmente, limitá-las em toda a medida do possível.

Aceitámos, assim, condicionarmo-nos e, por vezes, mesmo subordinarmo-nos à política da Inglaterra, sobretudo a partir do século XVII, à medida que aquela se tornava a potência dominante. O apoio externo que aquele país nos foi dando, ainda que nem sempre de forma muito linear, permitia-nos manter o equilíbrio na Península Ibérica e ir defendendo o que restava – e ainda era considerável – do Império construído no século XVI.

O próprio Marquês de Pombal, que entre os estadistas portugueses não terá sido o mais propenso a atitudes menos firmes, reconhecia, nas instruções que redigiu para o Embaixador de Portugal em Paris em 1760, a respeito das tentativas da França para obter em Portugal vantagens iguais às concedidas aos ingleses «que estes haviam sido e seriam sempre os melhores aliados de Portugal por serem os únicos que tinham os mesmos interesses em sustentar a Aliança o que não acontece com as outras nações». «Este interesse inglês é superior a todos os tratados. A defesa de Portugal é no interesse da Inglaterra».

Mais tarde, apesar da reacção também, neste caso, hostil de Pombal à rebelião das colónias britânicas na América, a posição portuguesa foi-se tornando progressivamente mais aberta, acabando Portugal por ser, com a França e com a Holanda, dos primeiros a reconhecer a independência dos Estados Unidos, em 15 de Fevereiro de 1783.

Calvet de Magalhães, no artigo já referido, sublinha o facto, assinalando que não obstante Portugal se achar «ligado à Grã-Bretanha por uma velha aliança e a sua política externa ser geralmente influenciada pelo Gabinete de Londres», «logo após a morte do Rei D. José, no ano seguinte, e o afastamento do Marquês de Pombal, o Governo conseguiu obter o reconhecimento da sua neutralidade no conflito, o que lhe permitiu, se não impedir totalmente, pelo menos limitar a utilização dos portos portugueses pelos navios de guerra britânicos».

Na mesma direcção, um século mais tarde, foi a política seguida por Andrade Corvo e que mereceu de Calvet de Magalhães uma justificada atenção pela forma inovadora como olhou para o relacionamento português com os Estados Unidos (vide a sua contribuição para o livro *Portugal, Um Paradoxo Atlântico*) e os esforços que fez para delinear uma visão política clara e realista sobre as vantagens que podiam advir para as duas nações atlânticas de uma colaboração mais estreita.

O plano de Andrade Corvo consistia, segundo Calvet de Magalhães, primeiro, em resolver os problemas existentes com a Grã-Bretanha que frequentemente «abusava dos seus poderes».

Pugnava, pois, pela estabilização das fronteiras coloniais através de Acordos com a Grã-Bretanha para, de seguida, procurar desenvolver as relações com os Estados Unidos, «em virtude da sua importância crescente na vida internacional e da sua inevitável intervenção em questões europeias».

«A posição geográfica de Portugal com as ilhas dos Açores, situadas no caminho da América, inclinava, por outro lado, a que Portugal era a nação da Europa cujas relações poderiam ser mais proveitosas à grande República Americana». Para isso deveríamos seguir «uma política comercial ousadamente liberal, suprimindo o sistema exclusivista, sistematicamente seguido nas províncias ultramarinas portuguesas e abrindo as portas aos capitais, técnica e emigração estrangeira, abolindo todos os monopólios e entraves à livre concorrência». Para efeito, Andrade Corvo fez apressar «a entrada em vigor das disposições para a supressão definitiva da escravidão nos Territórios Ultramarinos Portugueses».

Entre 1872 e 1877, período em que sobraçou conjuntamente com a pasta dos estrangeiros a pasta da Marinha e Ultramar, negociou com a Grã-Bretanha o Tratado de Lourenço Marques e preparava-se para negociar outros sobre o Congo, o que já não conseguiu, por ter, entretanto, caído o Gabinete. Assim, conclui Calvet de Magalhães, «já que na altura não havia oposição de outras potências se teria evitado a realização da Conferência de Berlim sobre o Congo, em 1885, e o Ultimato Britânico contra Portugal, em 1890».

Foi, também, durante a permanência de Andrade Corvo à frente do Ministério dos Estrangeiros, que surgiu a decisão do Governo de Washington de procurar «instalar em Lisboa uma estação naval no que seria o Quartel General da Esquadra Americana na Europa até aí baseada em Ville Franche». A decisão veio porém a ser revogada, desta vez, possivelmente, «por oposição de certos sectores da Marinha Americana».

As relações com os Estados Unidos, depois de Andrade Corvo, continuaram com intensidade variável. O contacto foi-se mantendo durante a Conferência de Berlim, a Guerra Hispano-Americana, com os esforços

feitos por Mariano de Carvalho em negociar um novo acordo comercial e outros acordos sobre emigração, arbitragem e extradição com o espírito «reminescente das ideias de Andrade Corvo». Continuaram ainda com a implantação da República e a colaboração portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial e a concessão de facilidades para instalar uma base naval em Ponta Delgada e, depois, durante a Segunda Guerra Mundial, com os Acordos sobre a utilização das Lajes, na Ilha Terceira, de Novembro de 1943, de Maio de 1946 e Fevereiro de 1948, este último assinado já quando a União Soviética exercia pressões e ameaças sobre toda a Europa e decorriam, paralelamente, negociações que iriam conduzir à criação da Aliança Atlântica e da NATO, de que Portugal se tornou membro.

Com o caminhar da Segunda Guerra Mundial para o seu termo, a forma hábil como negociou a cedência de facilidades, em 1943, nos Açores, proporcionou a Portugal, depois da Guerra, claros dividendos e novas perspectivas se poderiam ter aberto para as relações luso-americanas. Com efeito, o eixo da política desviou-se para o Atlântico com activa participação americana nos negócios europeus. O império britânico, entretanto, começava a desmembrar-se, o seu poder marítimo enfraquecia consideravelmente e esbatiam-se as afinidades naturais que davam corpo à Aliança Inglesa.

MacMillan anunciava e tirava as consequências dos «novos ventos da História». A invasão de Goa trazia-nos o sinal de que a situação mudara efectivamente. O pedido à Grã-Bretanha para nos apoiar não teve resposta positiva. Mais tarde, os incidentes com Portugal, devido às dificuldades inglesas com a rebelião rodesiana e o bloqueio do porto da Beira, confirmariam o que se vinha desenhando.

Mas a nova potência marítima, os Estados Unidos, por seu lado, patrocinava os movimentos de descolonização e desde cedo firmaram com a Espanha acordos de defesa que atenuavam a situação de não integração deste país na Aliança Atlântica e que em amplitude – se não em importância – comparavam ou sobrelevavam o Acordo das Lajes.

Todavia, o triunfo das democracias sobre as ditaduras pareceu não afectar imediatamente o regime português. Além de convidados a aderir ao Tratado do Atlântico Norte, noutra contexto participámos ainda no plano Marshall, na União Europeia de Pagamentos e fomos também membros fundadores da OECE e, mais tarde, da EFTA.

A adesão portuguesa a todos aqueles organismos não era, porém, sem reservas e traduzia uma desconfiança em relação aos Estados Unidos que acompanhou o Governo de Salazar até ao fim do seu consulado.

A participação portuguesa na Aliança Atlântica era ambivalente e certamente cautelosa. O começo das guerras em África agravou a situação porque a Aliança começou por recusar ajudar-nos, com a justificação de que se tratava de conflitos situados para além das fronteiras cobertas pelo Tratado. Esta foi, de resto, uma questão recorrente na vida da Aliança: a mesma recusa foi dada à França em relação à Guerra da Argélia e, ironia do destino, aos próprios americanos em relação ao Vietname e ao Médio Oriente e mesmo, de certa maneira, na crise do Irão. Tudo se agravou mais com as divergências do governo português com a Administração de Kennedy a propósito da descolonização de territórios portugueses em África.

Em resumo, a entrada e participação de Portugal na Aliança não constituiu um choque susceptível de alterar os comportamentos existentes e não facilitou um reforço do entendimento com os Estados Unidos.

As facilidades nos Açores mantiveram-se no âmbito de acordos bilaterais ou, a partir de Dezembro de 1962, numa base puramente factual que durou até 1971, altura em que foi negociado um novo Acordo. Com o começo do período do relativo desanuviamento dos anos 70, a sua importância estratégica manteve-se, podendo mesmo ser insubstituível, como se viu em Outubro de 1973 com o trânsito pelas Lajes por ocasião da guerra de Israel com o mundo Árabe.

Seguiram-se as negociações iniciadas em Outubro de 1973, interrompidas porém com a revolução de Abril de 1974, até que o acordo de 1979 prorrogou a utilização das facilidades até Fevereiro de 1983. Seguiram-se depois os acordos de 83 e 84 e a revisão destes efectuada em 1988.

Os esforços portugueses concentraram-se então em dar corpo ao que foi chamada a opção Europeia, quase unanimemente vista como a mais imperativa necessidade. A estabilização interna, a consolidação das instituições democráticas, a necessidade de responder às expectativas de desenvolvimento económico e da melhoria de vida dos cidadãos tinham a prioridade e mobilizavam o país, naturalmente com outra intensidade. Na verdade, o choque psicológico que a participação portuguesa na Aliança Atlântica poderia ter provocado nas estruturas do país só veio a dar-se, mais tarde, com a entrada para as Comunidades Europeias, em 1986. E é dentro deste novo contexto que, em larga medida, as relações de Portugal com os Estados Unidos têm de ser agora apreciadas.

Três anos após Portugal ligar o seu futuro aos destinos da Europa Comunitária caía o Muro de Berlim, em 1989, e a Aliança rumou para outros destinos, designadamente para encontrar formas mais apropriadas para acomodar as sensibilidades dos países membros relativamente ao que se passou a chamar riscos e instabilidades – já que o perigo de uma confrontação global passara a ser muito reduzido.

Era o fim da ordem de lalta e daí os reajustamentos inevitáveis que tiveram de introduzir-se na ordem Atlântica, na NATO, evidentemente, mas também na União Europeia que era, de certo modo, um subsistema da ordem Atlântica, para reorientar estas duas instituições, que nas suas origens, progressos e ambições estavam referenciadas àquelas ordens. Desde então, o debate tem sido à volta de como reorganizar os princípios, regras e instituições do sistema internacional que nos guiem no pós-Guerra Fria.

A ideia de reforçar a componente europeia dentro da Aliança foi uma das respostas então encontradas para a nova situação, primeiro através da União da Europa Ocidental, hoje através da própria União Europeia, com a criação do chamado Corpo de Reacção Rápida que visa uma capacidade de defesa separada mas não desligada da NATO. O próprio Tratado de Maastricht registaria que a União Europeia admitia trabalhar na integração de políticas europeias de defesa, capazes de conduzir, a termo, a uma defesa europeia.

A crise da Bósnia viria injectar, todavia, uma dose de realismo na discussão sobre a entidade europeia de defesa, quando os americanos acabaram por tomar a direcção e o controlo das operações. O mesmo aconteceu, mais tarde, em relação à intervenção no Kosovo.

O que desde então se está a desenvolver parece ter a forma de um acordo para uma divisão de trabalhos entre as forças europeias, que funcionarão em cooperação com a NATO mas tendo uma organização e uma coerência operacional próprias ainda que, em princípio, o planeamento deva ser feito em conjunto.

O assunto tem os seus melindres mas os trabalhos têm avançado, tirando proveito das experiências vividas por ocasião da intervenção na Bósnia e também no Kosovo. Em termos práticos, o que parece visar-se é a possibilidade de intervir em acções humanitárias e operações de manutenção e

restabelecimento de paz. Em resumo, o que veio a chamar-se Missões de Petersberg e que foram consagradas expressamente no Tratado de Amsterdão.

Acresce que o alargamento a Leste veio suscitar questões de monta sobre como funcionarão as regras existentes nos Tratados da União Europeia e este quadro complexo vai também obrigar a reformas institucionais que estão já em curso. Uma dessas é a já referida política, agora chamada Política Europeia Comum de Segurança e de Defesa.

Estamos e continuamos, deste modo, perante uma realidade que só com algum artificialismo é separável. A revisão do funcionamento das instituições comunitárias, os ajustamentos no funcionamento da NATO através do reforço dum pilar europeu, a preocupação de firmar a projecção externa da União Europeia, e as preocupações americanas a respeito de todos estes problemas dificilmente se podem isolar uns dos outros.

Se, por um lado, se compreendem as razões da aspiração da Europa a que pertencemos de não ficar confinada a uma estrita configuração económica e comercial, embora a forma de essa ambição se concretizar possa, por vezes, ser contraditória, por outro lado, o desejo europeu em que os Estados Unidos continuem envolvidos e presentes na Europa, designadamente na sua área de defesa, tem que incluir, com premissa inseparável, que os americanos nunca se deixarão envolver em processos que não controlem.

Assim, apesar das dificuldades que ainda continuam a existir e que, possivelmente, não vão desaparecer de um dia para o outro, não há razão para pensar que o processo esteja definitivamente comprometido devido às actuais tensões (táticas ou estratégicas) entre americanos e europeus.

Quer dizer, não havendo verdadeiramente uma divisória clara entre o que a Europa pode fazer com os seus instrumentos na política exterior de segurança e de defesa e o que a América pode através da NATO, do NACC e da PFP, há que procurar abordagens mais amplas e mais flexíveis, já que é uma realidade que Europa e os Estados Unidos começam cada um a ter diferentes prioridades, nem sempre fáceis de conciliar. Só a noção de interesses superiores comuns pode fazer agir a solidariedade Atlântica. O diálogo e a cooperação económica e a dimensão de defesa continuam essenciais, assim como a manutenção de uma adequada capacidade militar para intervenção em casos urgentes que o justifiquem. Mas terá que ser posto mais ênfase nos meios mais globais para ultrapassar as dificuldade e que são claramente de natureza diferente das do tempo da Guerra Fria.

Parece não haver dúvida de que os Estados Unidos continuam a considerar a NATO como um instrumento ideal para manter o controlo dos desenvolvimentos em curso, por exemplo, no Centro e no Leste europeus. É igualmente para eles uma plataforma institucional insubstituível para conduzir os europeus a assumirem mais responsabilidades no campo da defesa, assim como a custear os recursos inerentes a esse acrescido esforço de defesa. A posição europeia neste contexto não é, nem parece poder ser, muito divergente. Mas a atitude americana é, por vezes, contraditória.

Esta recapitulação visa permitir-nos verificar, em relação a Portugal, como a presença americana continua subjacente no nosso relacionamento no interior ou fora da União Europeia. Também nos permite avaliar como hoje o provável agressor já não está à porta e a potência marítima deixou de ser uma Inglaterra interessada, como no passado, pelas facilidades portuárias portuguesas e outras. As agressões hoje

raramente são belicosas e revestem formas variadas e muito difíceis de travar e não é para isso que uma potência marítima pode providenciar-nos as soluções de que precisamos.

Os axiomas da nossa estratégia continuam referência essencial, mas têm hoje de ser interpretados com algum matiz, favorecendo leituras não tão estritas como se faziam tradicionalmente no passado.

Mas tal não altera – antes amplia – a margem de um continuado e acrescido inter-relacionamento com os Estados Unidos. Apenas o enfoque, também aqui, tem que ser diferente do que caracterizou as movimentações políticas do passado, até porque as próprias instituições em que nos inserimos, e primordialmente a União Europeia mas também a NATO, estão elas próprias em evolução acelerada.

Mas dentro das proporções e com essas limitações, e outras que múltiplos interesses portugueses no Mundo possam sugerir, a dimensão norte-americana faz parte essencial dos quadros estratégicos do país e é indispensável à correcta inserção de Portugal no relacionamento internacional e ao equilíbrio da sua própria situação geográfica.

Ao aderir às Comunidades Europeias, em 1986, Portugal fez, sem dúvida, definitivamente, uma escolha de que resultam diversas consequências no relacionamento com os Estados Unidos, por o funcionamento do quadro europeu ter passado a ter implicações inevitáveis nas políticas externas e internas portuguesas e, conseqüentemente, nas relações com todos os países terceiros à área europeia.

Não se afigura, porém, que esse posicionamento deva estar em contraposição, como que numa espécie de incompatibilidade irrecuperável, com os Estados Unidos, que impeça precisamente através desse relacionamento a valorização de Portugal, tanto no próximo contexto ibérico, como no mais amplo campo da União propriamente dita. Por outras palavras, os Estados Unidos não são uma alternativa mas podem ser uma valiosa dimensão acrescida.

Também não se afigura ajustado olhar, como por vezes acontece, para a União Europeia e para os Estados Unidos como modelos diferentes e dificilmente conciliáveis, se não mesmo quase antagónicos, de sociedades e de opções políticas. Seria uma distorção dispensável, ainda que frequentemente assumida por alguns sectores políticos do Reino Unido que se comprazem em contrapor o dólar ao euro, a NAFTA ao «centralismo de Bruxelas», o espírito do comércio livre à obsessão regulamentarista da União Europeia, em suma, o puro e bom liberalismo a um socialismo europeu burocrático e paralisante.

Os Estados Unidos não são uma realidade monolítica e coexistem no seu interior, como de resto no interior da União Europeia, diferenças de cultura política e até de cultura tout court. Do lado europeu, é provável que essas diferenças e crescentes diversidades aumentem à medida que a União se for alargando, mesmo que, paralelamente, se proceda a uma definição mais precisa dos poderes dos diversos centros comunitários de decisão, quer comunitários propriamente ditos, quer a nível dos governos dos Estados nação ou ainda das diversas regiões.

Entre algumas dessas regiões e alguns desses países, como o nosso, existem entre si afinidades antigas, mesmo históricas, e muitas delas partilhadas com os Estados Unidos, muito mais do que com outras regiões europeias mais agarradas a tradições continentais. Não é, pois, de excluir que com o progredir do crescente alargamento da União Europeia seja do nosso interesse aprofundar as relações dentro e fora da União, sobretudo com aqueles países e regiões cujos interesses coincidam em larga medida com os nossos. Assim, sem falsas ilusões, poderemos agir como um activo e útil parceiro dos Estados Unidos,

favorável ao reforço das relações em geral e cauteloso e atento para evitar que riscos de tensões possam degenerar nas relações entre os dois lados do Atlântico.

A estabilização da Europa está longe de estar completa e a presença dos Estados Unidos neste continente continua, nesse sentido, a ser essencial, não podendo Portugal enjeitar, na medida dos seus meios, dar um contributo para esse bom relacionamento. É nesta lógica que podemos estar atentos para assumir acrescidas contribuições em diversas acções em que, reforçando a tomada de consciência de que a consolidação da nossa personalidade internacional só se assumirá plenamente como parte integrante das entidades mais amplas em que nos inserimos e sejamos, a partir daí, capazes de projectar uma imagem além fronteiras, nomeadamente nos Estados Unidos.

É verdade que são sempre ambíguas e eivadas de cálculo e de reservas as relações entre uma grande potência e um Estado de muito menor dimensão, como é o nosso caso. Seria uma miragem acreditar que se podem ter relações privilegiadas com uma grande potência. Geralmente, os interesses globais da grande potência levam-na a interessar-se por um ou outro país, numa ou noutra circunstância. Não são os países de menor dimensão que escolhem. São quase sempre escolhidos, mas a frequência com que esta escolha se pode verificar depende também da forma como o parceiro mais fraco proporciona ou até condiciona esse relacionamento.

As «tentativas» efectuadas no princípio da década de 80 de um relacionamento mais intenso com os Estados Unidos podem ilustrar o que acima fica dito. Da parte portuguesa o desejo era, independentemente de normais apetências corporativas, creio que claramente, o de através dos arranjos com os Estados Unidos desempenhar um papel mais activo na Aliança Atlântica e obter uma divisão de trabalho mais harmoniosa com os próximos vizinhos.

Entretanto ter-se-ão colado ao processo memórias dos tempo difíceis dos trânsitos pelos Açores durante a guerra do Yom Kipur, do «abandono» de Portugal pelos americanos durante os tempos mais tremidos da revolução de Abril e dos apoios quase não disfarçados a movimentos independentistas nos Açores, ou a utilização da Base das Lajes por americanos para todas as missões que lhes interessassem sem qualquer controlo da parte portuguesa, para mais sem atender à obrigação de autorização portuguesa, caso a caso, como devia ser, para efectuarem passagens fora da área NATO, que eram a maioria.

O Acordo de Junho de 1979 pôs termo a esta situação e depois os Acordos de 1983 e 1984, presididos pelo Embaixador Calvet de Magalhães, tentaram dar uma outra dignidade ao relacionamento. Relações especiais poderão ser as dos Estados Unidos com o Canadá, com o Japão e até com o México, com a Alemanha e, ainda que um pouco artificialmente, mas forte nas áreas da defesa, com a Grã-Bretanha. Um relacionamento especial à escala do que existe com aqueles países não tem sustentação nem razão de ser no que a Portugal diz respeito, que apenas tinha o desejo de, por essa via, ganhar algum estatuto, apagar da memória essa década turbulenta e recuperar uma imagem de um país estável e de uma democracia já perfeitamente consolidada.

Neste contexto, não deixa de ser curioso notar que foi a pertença de Portugal à União Europeia que acabou por alterar para melhor a imagem de Portugal aos olhos americanos. E, dentro dessa mesma ordem de ideias, não será excessivamente arriscado admitir que os Estados Unidos continuem a acompanhar a trajectória portuguesa dentro da União Europeia em geral e, hoje mesmo, talvez com particular atenção em relação à política europeia de segurança e defesa. O empenhamento já demonstrado durante a nossa presidência em estruturar esta nova política europeia, não deve impedir-

nos de contribuir para ajudar a provar como são infundados eventuais riscos de duplicação ou mesmo de eventual atrofiamento do papel primordial da NATO. O nosso interesse parece ser o de manter uma Europa aberta aos laços transatlânticos e à continuação da NATO. A política europeia de segurança e defesa quer apenas reforçá-la e complementá-la.

Por outro lado, mesmo depois do fim da Guerra Fria, o significado de Portugal para os Estados Unidos tem de continuar a ser importante. É certo que a utilização da base das Lajes é hoje muito mais reduzida, embora os Estados Unidos saibam tão bem como nós que, quando a necessidade se verificar, a dita utilização será tão intensa e importante como o foi no passado.

Com o fim da Guerra fria a NATO orientou-se cada vez mais para o que se chama o *out of area*, e a reorganização dos comandos militares que se seguiu à retirada drástica de forças do teatro europeu, por parte dos Estados Unidos, coloca qualquer futura missão muito mais dependente de apoios externos para projectar o seu poder, não só para a Europa mas como para outros destinos. Tal só nos pode favorecer. Acresce que a utilização de meios navais exigem também adequados comandos para a projecção do que chamamos «combined joint task forces». Portugal, através do IBERLAND pode continuar a oferecer uma ligação de grande valor prático entre os dois comandos supremos da NATO, designadamente o ACLAND e o SHAPE.

Por fim, no âmbito dos chamados partenariados para a paz (PFP) ou no seu contexto, Portugal mostrou na Bósnia e no Kosovo a sua capacidade e valia para tal tipo de operações. A nossa própria acção diplomática durante o período da já aludida presidência da União Europeia, os diversos diálogos que promoveu, designadamente o euro-mediterrâneo, no contexto do processo de Barcelona e em diversos outros fora internacionais, não pode deixar de constituir base para uma útil troca de pontos de vista e de informação recíproca.

Em áreas de actuação mais concreta em diversos fora internacionais, como na ONU ou na OSCE, na defesa dos valores democráticos, na promoção dos direitos humanos e em todos os problemas que hoje estão correlacionados com os surtos de emigração, abrem-se amplas perspectivas para explorar potencialidades de consultas e eventualmente a aproximação de perspectivas para acção futura.

No campo económico e comercial, na captação de investimentos e na cooperação académica e científica há muito por fazer. As nossas comunidades nos Estados Unidos só lentamente acordam para uma inserção mais interveniente e politicamente visível na sociedade americana. Mas o potencial, uma vez mais, existe e tem de continuar a ser desenvolvido.

Na realidade, Portugal dispõe hoje nos Estados Unidos de uma imagem de apreço e confiança que pode continuar a ser explorada. Os nossos trunfos hoje são, portanto, maiores. Existem e poderão ser ampliados, aproveitando a geografia que não mudou e a imagem que tem melhorado e continua a afirmar-se como a de um país dinâmico, mais próspero, e reputado pela sua acção diplomática equilibrada e dirigida para objectivos válidos.

É isso que nos pode granjear uma maior diversidade de intercâmbios nas relações com os Estados Unidos. Cabe pois abrir o leque das opções e vantagens potenciais, estimulando os meios de um relacionamento mais estável e também mutuamente proveitoso e gerador de uma maior diversidade de intercâmbios, que nos dê valor acrescentado dentro da dicotomia ibérica e no próprio perfil do país dentro da União Europeia e no contexto das relações globais da Europa com os Estados Unidos.

Progredir nesta via será, certamente, a melhor forma de pagar os esforços do Embaixador Calvet de Magalhães e prestar a melhor homenagem à sua acção pioneira neste domínio.